



PEC 6 X 1

Nota Técnica

Introdução

Durante o fim de semana, ganhou tração o debate nas redes sociais sobre o fim da escala 6x1, regime pelo qual o trabalhador trabalha seis dias para folgar no sétimo. O assunto ficou entre os mais comentados do X nos dias 9, 10 e 11 de novembro e migrou para outras redes com a mesma repercussão. Os comentários mais vistos e compartilhados na internet têm viés de apoio à eventual mudança.

A onda de comentários ocorreu após a divulgação de que a deputada Erika Hilton (PSOL/SP) está recolhendo assinaturas para apresentar proposta de emenda à Constituição (PEC) para alterar o limite de horas semanais trabalhadas no Brasil.

Texto da Proposta x Texto Atual

A alteração proposta por Erika Hilton mexe com o artigo 7º da Constituição, especialmente no inciso XII.

- Como é atualmente: “XII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho”.
- Como está sendo proposto: “XII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e trinta e seis horas semanais, com jornada de trabalho de quatro dias por semana, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.”

É importante salientar que a PEC, caso aprovada, além de propor mudanças na escala 6x1, abre precedente para alterações no regime semanal de trabalho, possibilitando que o trabalhador trabalhe quatro dias da semana, em vez de cinco.

Tramitação no Congresso:

A proposta tem, no momento, pouco mais de 100 assinaturas das 171 necessárias para ser oficialmente protocolada na Câmara dos Deputados. Quando protocolada, a PEC seguirá rito próprio de tramitação no qual é proibido ser adotado qualquer regime de urgência. Por isso, a matéria precisará passar inicialmente pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que tem o poder apenas de decidir pela admissibilidade da proposta, sem deliberar sobre o mérito.

A CCJ é presidida pela deputada Caroline de Toni (PL/SC). Até o momento, a parlamentar não se manifestou sobre o assunto. Contudo, alguns deputados da oposição, em especial do PL, já se posicionaram contrariamente à proposta. Por isso, entendemos que a CCJ, sob o comando de Carol de Toni, não deverá acelerar a tramitação.

A PEC tem o apoio de deputados dos partidos PT, PCdoB, PSOL e Avante. Porém, deputados do Republicanos, PV, PSD, PSDB, PSD, PDT, União, PSB, Solidariedade, PP, Rede também já subscreveram a proposta de emenda à Constituição.

Governo:

O Palácio do Planalto analisa o tema de forma cautelosa e deve decidir nos próximos dias se deixará o debate ocorrer apenas no Legislativo ou se abraçará o tema no âmbito do Ministério do Trabalho. Nos bastidores, a informação é de que o endosso à PEC pode ser uma oportunidade para dar fôlego à popularidade do presidente Lula. O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT/CE), bem como a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e Guilherme Boulos (PSOL/SP) assinaram o apoio à proposta.

Washington Quaquá, vice-presidente do PT e crítico dos rumos do Partido, também assinou a PEC. Após as eleições municipais de 2024, declarou à Revista Veja: “O PT tem virado um partido que discute menos as questões econômicas e sociais, menos as questões da luta de classe e discute mais comportamento. Tem virado um partido com temática de classe média e tem dificuldade de entrar no “povão” mais pobre, das periferias e que tem comportamento mais conservador na sociedade brasileira.

O deputado Reginaldo Lopes, vice-líder do governo na Câmara, assinou a proposta. No domingo (10), declarou: “Já passou da hora de o país adotar uma redução da jornada de trabalho de 44 para 36 horas e esse deve ser o centro de um governo popular. O Brasil tem que adotar um modelo de

4x3 ou 5x2 sem redução de salário”. Na tarde desta segunda-feira (11), o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, falou sobre o assunto pela primeira vez desde a divulgação da PEC de Erika Hilton. Ele declarou que o assunto deve ser tratado em convenções e acordos coletivos de trabalho. Falou que é “plenamente possível” e saudável a redução da jornada para 40 horas semanais (hoje são 44 horas e a proposta fala em 36 horas).

O Ministério do Trabalho vem sendo criticado internamente por não apresentar avanços nesta pauta. O ministro Luiz Marinho declarou publicamente contrariedade ao ajuste de gastos liderado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, especialmente em benefícios sociais. Além do ajuste de gastos, o governo vem priorizando a tramitação da Reforma Tributária no Congresso, que deve ter a sua tramitação encerrada no Senado em dezembro. Por essa razão e também pela longa tramitação que precisa uma PEC no Congresso, é possível que esse tema tenha andamento apenas em 2025.